



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

06/07/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Igualdade salarial: agora é lei e vai doer no bolso, diz Simone Tebet

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, comentou nesta quarta-feira (5) a sanção da Lei 14.611 de 2023, que trata da obrigatoriedade de igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens. “Agora é lei. Vai doer no bolso”, disse, ao participar de entrevista a emissoras de rádio durante o programa Bom dia, ministra.

“Comecei a fazer política há 20 anos, naquela época em que a gente sofria violência política e nem podia dizer. A violência política contra a mulher era uma coisa que a gente sofria e não sabia. Aquela coisa do autoritarismo, os parlamentares de dedo em riste na nossa cara, com o seu físico, impondo uma certa conduta, numa ameaça velada”, recordou.

O texto da lei prevê que, na hipótese de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade, o pagamento das diferenças salariais devidas não afasta o direito de quem sofreu discriminação de promover ação de indenização por danos morais, considerando-se as especificidades do caso concreto.

“O Ministério do Trabalho está pronto para fiscalizar. Aqueles poucos, ou muitos, não sei, que pagam menores salários para mulheres só pelo fato de serem mulheres vão ter a penalidade da lei”, avaliou Tebet, ao destacar que o governo prepara um serviço do tipo Disque Denúncia para atender ao tema e aplicar as multas devidas, que podem chegar a até dez vezes a diferença do salário pago para a mulher.

“A regulamentação ainda não está pronta. Vai ser feita o mais rápido possível, mas o importante é que é lei e é uma lei que já pegou”, analisou.

“Há mais de 10 anos que venho recebendo essa demanda por parte de mulheres trabalhadoras, do chão de fábrica, comerciárias, da iniciativa privada. Até porque, no serviço público, isso não acontece. Homens e mulheres, no serviço público, já têm igualdade salarial porque a Constituição assim determina”, finalizou.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 06 de julho.

Contaminação por amianto: TST responsabiliza Usiminas por doença de trabalhador

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu a responsabilidade civil da Usiminas pelo fato de um funcionário ter tido câncer após constante exposição a poeira de amianto. Na decisão, a Justiça se baseou em legislação que reconhece o chamadonexo técnico-epidemiológico (NTEP) entre a exposição ao amianto e o desenvolvimento de várias doenças. Com isso, o caso voltará à primeira instância para que o julgamento prossiga.

Quatro anos depois de ser dispensado, o trabalhador recebeu o diagnóstico de câncer de garganta. “Ele sustentou que, de acordo com as informações do médico que o atendia, uma das possíveis causas para o surgimento da doença seria a exposição ao amianto, fato comprovado por laudo pericial”, relata o TST. Foi quando ele entrou com reclamação na Justiça pedindo que a empresa fosse responsabilizada.

Por sua vez, a Usiminas alegou que o empregado não comprovou que a doença surgiu ou foi agravada pelo trabalho. A empresa citou uma portaria do Ministério da Saúde segundo a qual a chamada neoplasia de nasofaringe não faz parte das doenças relacionadas à exposição ao amianto. Tanto na primeira instância (2ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano, em Minas Gerais) como na segunda (Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região), o pedido foi considerado improcedente. O TRT chegou a afirmar que câncer de garganta pode ter diversas causas.

O caso chegou, então, ao TST. E o relator do recurso, ministro Mauricio Godinho Delgado, observou que o Decreto 6.042/2007 estabeleceu o nexo entre a exposição ao amianto e o desenvolvimento de várias patologias, incluindo o câncer de nasofaringe.

“É possível, então, a responsabilização da empresa, uma vez que a sua atividade econômica expõe os trabalhadores ao contato direto com o amianto, fato comprovado pelo NTEP”, sustentou.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 06 de julho.

Nova versão da reforma tributária tem alíquota zero para cesta básica e trava contra aumento da carga

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deu início à discussão da PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma tributária no plenário da Casa na noite desta quarta-feira (5), após dias de negociação das mudanças no parecer do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Ribeiro apresentou uma nova versão do texto, que inclui modificações na transição para o novo sistema tributário, uma trava contra o aumento da carga tributária, e a criação de uma Cesta Básica Nacional —relação de produtos básicos consumidos pelas famílias e que terão alíquota reduzida a zero.

"[A mudança] É para que ninguém fique dizendo que a gente vai pesar a mão sobre os pobres", disse Ribeiro ao ler seu parecer. "Queremos dar sinal claro a todo o Brasil de estamos fazendo um trabalho sério."

A declaração foi dada após o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) escrever nas redes sociais uma crítica à proposta. "Reforma Tributária do PT: um verdadeiro soco no estômago dos pobres", publicou na terça-feira (4).

O rol de mercadorias a serem alcançadas ainda precisará ser regulamentado, mas a mudança atende a uma demanda de diferentes setores e parlamentares. Na versão anterior do texto, os produtos da atual cesta básica teriam desconto de 50% na tributação, gerando temores de aumento de carga —o que foi negado pelo governo e por Aguinaldo Ribeiro.

Além disso, o texto estabelece que estados e municípios deverão criar fundos de combate à pobreza que contem com a participação da sociedade civil. Tais instrumentos podem ser abastecidos pela arrecadação dos tributos resultantes da reforma.

O parecer do relator foi divulgado pouco antes das 21h e tem 142 páginas. Membros da oposição pediram o adiamento da discussão para que tivessem tempo de analisar o documento, mas o pleito foi rejeitado por 302 a 148 votos. O placar foi visto como um termômetro positivo por deputados no plenário, já que se aproxima dos 308 votos necessários para aprovar o texto.

A expectativa de Lira é votar o texto em plenário na quinta-feira (6). O presidente da Câmara anunciou aos parlamentares que vai garantir um período de sete horas de discussão do texto. "Eu vou usar o rigor máximo no debate, que vai ser democrático, para a gente seguir o rito regimental. Não vamos ter pegadinha, não vamos ter nenhum tipo de extrapolação. Vamos fazer os seus debates, suas críticas, suas defesas de maneira organizada", afirmou.

Ao iniciar a leitura de seu parecer, Ribeiro reiterou o objetivo de simplificar o sistema tributário no país. "Estamos vivendo um dia histórico", disse. "Vamos acabar com essa falácia de que a reforma vai aumentar imposto. A reforma não vai aumentar imposto, ela vai simplificar o pagamento de imposto", afirmou.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 06 de julho.

Governo vai pagar piso da enfermagem retroativo a maio

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, disse nesta quarta-feira (5) que o governo vai pagar o piso nacional da enfermagem, com retroativo desde maio.

O anúncio foi feito durante a 17ª Conferência Nacional de Saúde, em Brasília.

"O governo federal trabalha para a implementação do piso da enfermagem. Vamos implementá-lo no setor público tal como a decisão do Supremo Tribunal Federal [STF], garantindo as nove parcelas previstas para 2023."

Lula argumentou que o trabalho da enfermagem não pode ser considerado menor. "Tem gente que acha que o salário de uma enfermeira de R\$ 4 mil e pouco é caro", disse.

"Mas é preciso que a gente avalie efetivamente o valor do trabalho por aquilo que ele representa na nossa vida. Quem leva as pessoas para tomar banho, quem vai limpar as pessoas, quem dá comida, quem aplica injeção, quem mede a pressão, quem leva ao banheiro é exatamente o pessoal de baixo, que trabalha. E, por isso, esse pessoal tem que ser valorizado", acrescentou.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 06 de julho.